

Representação de Interesses na Primeira República (1889-1930): configuração de um objeto e de um campo de estudos¹

Taís de Cássia Badaró Alves*

*Doutora em Sociologia Política pela Universidade Estadual Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF). Mestre em História pela USS. Professora no Curso Jurídico da UNIG e no Curso de Licenciatura em História do Centro Universitário São José de Itaperuna (UNIFSJ).
Diretora Acadêmica do ISEMI/FUNITA. taisbadaro50@gmail.com*

Resumo

Este artigo se propõe a uma discussão de teoria e método para o estudo da representação de interesses na Primeira República (1889-1930). O aporte conceitual da representação de interesses se multiplicou no contexto da redemocratização brasileira pelo acirramento das pressões e diversificação das demandas da sociedade sobre os poderes constituídos. Contudo, esta pesquisa propõe um recuo, pela perspectiva da aplicação de um conceito atual aos contornos próprios da fase inicial da República Brasileira. Os pressupostos que nortearam a pesquisa têm como referências os estudos de Perissinoto (1994), Mendonça (1999), Viscardi (2012), e Gomes (2002) entre outros.

Palavras-chave: representação de interesses, grupos de pressão, Primeira República.

Abstract

This article proposes a discussion of theory and method for the study of representation of interests in the First Republic (1889-1930). The conceptual contribution of the representation of interests has multiplied in the context of the Brazilian redemocratization by the intensification of the pressures and diversification of the demands of the society on the constituted powers. However, this research proposes a retreat from the perspective of applying a current concept to the contours proper to the initial phase of the Brazilian Republic. The assumptions that guided the research have as references the studies of Perissinoto (1994), Mendonça (1999), Viscardi (2012), and Gomes (2002) among others.

Keywords: representation of interests, pressure groups, First Republic.

Introdução

A Primeira República (1889-1930) conta com vasta produção no campo da História e das ciências afins. Muitos estudos passaram a discutir a hegemonia cafeeira² e abriram a perspectiva de se focar esse período sob o prisma da permeabilidade do

¹ Este artigo é parte da pesquisa de Tese defendida pela autora no Programa de Pós-Graduação de Sociologia Política da UENF, em setembro de 2016

² A hegemonia cafeeira na Primeira República vem sendo repensada a fim de se discutir a redução do Estado a seus interesses. Como estudos que afirmam a permeabilidade do Estado frente a outras demandas destacam-se: Fritsch (1980), Topik (1987), Fausto (1985), Perissinotto (1994) e Mendonça (1999).

Estado frente aos interesses de diferentes segmentos, complementares ou antagônicos à cafeicultura. Até mesmo a dimensão do Estado movimentou reeleições, reconhecendo-se "ganhos de centralidade"³ para a instância federal nesse período histórico – muitas vezes reduzido à "Política dos Estados" e estigmatizado como uma "República Velha".

A "trama" econômica e política durante as primeiras décadas da experiência republicana não se resumiu a uma suposta hegemonia imortalizada na máxima da "Política do Café com leite" – conforme postularam os enfoques tradicionais.

A crítica a essas abordagens abre a perspectiva discutida neste artigo: focar o contexto em pauta pela consideração de um aporte conceitual da Ciência Política (em um recuo histórico), tendo como fundamento os pressupostos de VERSIANI, 1985; MENDONÇA, 1999; GOMES, 2002, VISCARDI, 2012, entre outros.

O que se pretende, fundamentalmente, é ampliar o campo das possibilidades para se abordar a Primeira República, pela consideração de um aporte teórico e metodológico próprio da Sociologia e Ciência Política que, articuladas à História podem elucidar questões ainda não de todo resolvidas. Nesse sentido, repensar as relações entre o público e o privado, no início da experiência republicana é ponto precípuo para esta iniciativa.

Isto posto, o recorte temporal da Primeira República é abordado com ênfase na problemática que o período engendra: a configuração de um campo interdisciplinar de estudos que valoriza a representação de interesses como dinâmica econômica e política e a conseqüente configuração de um campo profícuo de estudos.

1 A Primeira República: um recorte e uma problemática

"[...] seguimos sabendo pouco a respeito do regime destruído em 1930"

(CRISTINA BUARQUE DE HOLLANDA, 2009).

Consolidada na memória do país como "lugar do equívoco", da "ausência" – na comparação que se estabeleceu com as conquistas de cidadania de períodos posteriores – a Primeira República, rotulada de "antítese republicana", ainda suscita muitas

³ Os estudos de Elisa Reis (1985;1991) valorizam o Estado como "ator" que importa no jogo de interações com os setores privados, além de assinalarem o avanço do processo de construção do Estado Nacional no Brasil, dentro do marco da Primeira República.

interrogações. Carvalho (1989) denominou de "estadania" o modelo altamente excludente que vigorou ao longo da Primeira República.

Esta seção retoma o modelo de análise que foi consagrado na produção historiográfica acerca do experimento político e econômico da nascente República, sob a perspectiva de revisitar alguns elementos que reduziram o contexto ao estereótipo dos "oligarcas agrários e suas falcatruas eleitorais". Afinal, a despeito de ser a fase republicana de maior durabilidade institucional, ainda

Os mecanismos próprios às abordagens tradicionais não devem ser tomados como síntese das práticas políticas e econômicas no referido contexto. Desse modo, apresentam-se algumas abordagens clássicas sob outros ângulos, para valorizar aspectos e dinâmicas ainda não de todo compreendidas e, por meio dessa estratégia, delimitar o campo da pesquisa realizada.

A produção que sustenta essa abordagem afirma que a "Política dos Governadores" – arranjo engendrado pelo presidente Campos Sales (1898-1902), com os governadores dos estados da federação – evidenciou o verdadeiro caráter da política da época. De acordo com essa orientação, assegurou-se a estabilidade política, fundada sobre a noção de um "condomínio mineiro-paulista", uma coalizão, mantida e reproduzida pelo "pacto oligárquico" (VISCARDI, 2012).

A ideia de pacto oligárquico foi pautada em uma rede de reciprocidade, na qual se destacam os coronéis – em sua dimensão local – como também os expoentes da política estadual e nacional. "Em todos os níveis, os favores e benefícios concedidos deviam ser retribuídos, em geral, em forma de votos e de apoio eleitoral" (PINTO, 1998, p. 86).

Em se tratando de eleições – outro aspecto muito valorizado nas análises clássicas de Primeira República como componente essencial para a reprodução do "pacto" –, há uma vasta literatura que investiga o "lugar do voto" nesse período. De forma recorrente, enfatiza-se o "bico-de-pena" e a falsificação eleitoral, como síntese do mecanismo eleitoral do início da experiência republicana. (CARVALHO, 1989).

O protagonismo dos coronéis na República do "Café com Leite", por sua vez, foi valorizado como mecanismo que sustentou a articulação das elites políticas dos dois

estados mais proeminentes da Federação, Minas Gerais e São Paulo, por meio de uma aliança capaz de defender o eixo econômico sobre o qual se sustentavam: o café. O Convênio de Taubaté (1906) – acordo conjunto pondo fim no mercado livre de café no Brasil⁴, assinado pelos presidentes dos estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro – marcou a produção historiográfica como a consagração dessa aliança, selando, em definitivo, o pacto entre as "oligarquias" dos respectivos estados.

O que se pretende com essas considerações é retomar o período sob o ângulo da renovação e ampliação das abordagens, mais especificamente acenando para a perspectiva de valorizar as relações entre Economia e Política nesse contexto.

Nesta direção, uma profusão de novos estudos se configurou e, com isso, para o que mais interessa a este estudo, problemáticas no campo de interseção da História com a Ciência Política⁵ se apresentaram.

A revisão das abordagens tradicionais pode ser exemplificada por estudos que discutem o vínculo absoluto estabelecido entre as políticas econômicas e os interesses das "oligarquias cafeeiras"⁶. Uma primeira ordem de problema incide sobre a ideia de homogeneidade e coesão implícitas nesse enfoque. Para isso, contam as iniciativas de Saes (1981; 1985), Perissinotto (1994), entre outros, que apontam para a imprecisão do termo, atentando para a diversidade na composição da "oligarquia cafeeira paulista" – cujo processo de diferenciação interna se encontra abordado no segundo capítulo da tese.

Vale lembrar que as abordagens pelo ângulo da dominação oligárquica concorreram para reforçar os estigmas sobre as práticas políticas da experiência republicana em seus anos iniciais e, conseqüentemente, simplificar as relações entre os setores econômicos, suas demandas e o Estado. A "ação das oligarquias" – imortalizada

⁴ Esse acordo selou um conjunto de medidas voltadas para a manutenção da dinâmica de expansão da cafeicultura. Instituiu a intervenção do Estado por meio de vários dispositivos, dentre eles a baixa do câmbio, assegurando, artificialmente, os ganhos da cafeicultura.

⁵ Nessa renovação de estudos, há um incremento de trabalhos que abordam temas pertinentes ao escopo da Ciência Política, dentro dos limites da Primeira República. As temáticas oscilam entre estudos da produção legislativa, relação entre os poderes Executivo e Legislativo, eleições, elites, dentre outros.

⁶ Considera-se a imprecisão e as polêmicas que versam sobre os termos "oligarca/oligarquia", [...] carentes de significado preciso e consensual na história" (SANTOS, 2000, p. 18). Para o autor, o conceito de sistema oligárquico tem suas imprecisões, sendo dotado de uma "ambigüidade essencial", "[...] ora criticado por seu caráter antidemocrático, ora generosamente apreciado como uma democracia em botão" (SANTOS, 2000, p. 23).

como "manancial das desgraças", nas palavras de Sílvio Romero (1910)⁷ – reforçam ainda mais a visão pejorativa sobre as práticas políticas desse período histórico. Sobre esse padrão de análise pautado em uma ênfase estrita nos mecanismos da dominação oligárquica, Mendonça (1999) observa que

[...] pende muito mais para uma ênfase propriamente política, consistindo na análise dos mecanismos da dita dominação oligárquica, do sistema coronelista ou mesmo dos processos político-partidários, deles derivando, **quase automaticamente as determinações dos interesses a serem contemplados pelas políticas econômicas.** (MENDONÇA, 1999, p. 24) (grifo nosso).

É a essa abordagem tradicional que reduziu o período em foco a um simplismo e a uma correspondência direta entre os interesses das oligarquias cafeeiras e as políticas econômicas que este artigo pretende problematizar.

2 Representação de Interesses: a Primeira República e a configuração de um campo de estudos

[...] visão simplista e muito difundida de que, durante esse período de nossa história, as relações entre Estado e os interesses oligárquicos agroexportadores vinculados ao café resumiram-se à apropriação do primeiro pelos segundos, e a uma simbiose desprovida de tensões e de competidores "externos" (GOMES, 2002).

A temática da representação de interesses no Brasil apresenta lacunas em contextos que antecedem o marco de 1930. Os períodos subsequentes a esse evento balizador encontram-se com seus sistemas de pressão e representação de interesses caracterizados. No tocante à Primeira República, essa lacuna se deve, talvez, à redução da experiência republicana em suas décadas iniciais a um "desenho institucional" marcado pelo tripé "coronelismo, clientelismo, mandonismo" – como já mencionado nas seções iniciais do capítulo.

Por esse ângulo estrito de abordagem – reduzido à prática de requisição de benefícios –, negligencia-se a perspectiva da representação de interesses como problemática válida para a compreensão da dinâmica política e econômica na Primeira

⁷ Sílvio Romero (1851-1914), intelectual da República, expressou uma visão crítica para a nascente República na obra *Provocações e debates; contribuição para o estudo do Brasil social*, de 1910.

República. O ponto central da polarização incide sobre a forma como se caracterizam as relações entre as esferas pública e privada.

Os dispositivos da ação coronelística e clientelística⁸ – segundo as interpretações clássicas – limitam a análise das práticas políticas e das relações entre o Estado e a sociedade, ao ângulo estrito da intermediação do coronel, entendido como único canal de articulação de interesses. Esse é o aspecto central defendido por Vitor Nunes Leal (1986), já referenciado neste capítulo, no clássico *Coronelismo, Enxada e Voto*⁹ – com implicações para a discussão em torno da questão da representação de interesses na Primeira República.

Esse modelo de análise enfatiza o peso das relações clientelísticas que, pela "troca de favores", pressupõe um domínio pessoal e arbitrário sobre a população. "O controle de recursos estratégicos por parte de uns se apresenta como obstáculo para se ter livre acesso à sociedade política – condição essencial que define as relações entre a esfera pública e a esfera privada" (PINTO, 1998, p. 85). Não se trata com essas considerações de ignorar a força dos dispositivos clientelísticos que evidenciaram uma prática política, de fato, recorrente. Contudo, as relações que se pretende investigar entre Estado e setores privados não podem ser reduzidas a essas dinâmicas.

A exemplo das divergências interpretativas, Paul Cammack (1979), na obra *O Coronelismo e o Compromisso Coronelista: uma crítica*, ao retomar o debate, contesta o caráter absoluto atribuído à intermediação do coronel, defendido por Leal (1986), e enfatiza a dinâmica da representação de interesses como elemento central para a análise do funcionamento do sistema político da Primeira República.

Surama Conde Pinto (1998) – em seus estudos sobre as relações clientelísticas na Primeira República –, embora não descredencie as proposições de Leal e a lógica do

⁸ Os estudos de Pinto (1998) apontam para uma menor recorrência desses dispositivos que se apresentam mais eficazes no nível estadual e municipal, pelas próprias características do federalismo implantado na República. No estudo específico das relações clientelísticas de Nilo Peçanha (1909-1910) e seus correlegionários, a autora observa uma curva descendente nas solicitações verificadas (pela análise da correspondência pessoal de Nilo) no período da presidência da República (1909-1910) em comparação com a curva ascendente no contexto em que atuou na presidência do Estado do Rio, em fins de 1903.

⁹ Vitor Nunes Leal (1986) identifica o "coronelismo" como resultado da superposição de formas desenvolvidas do regime representativo a uma estrutura econômica e social inadequada. Argumenta que essa inadequação está relacionada ao fato de que, após a abolição do trabalho servil e a proclamação da República, a extensão do direito de sufrágio deu importância fundamental ao voto dos trabalhadores rurais.

coronelismo por ele afirmada, repensa o papel do coronel, rejeitando o estereótipo do grande latifundiário isolado em sua fazenda e "senhor absoluto de coisas e pessoas". A autora afirma que a supressão da intermediação ou mediação dos chefes municipais (os coronéis) também se efetivava. Conclui que, apesar de importante, o coronelismo não abrangeu todas as formas de articulação política existentes no período.

Com base nessas considerações, é importante observar que a proposta de investigar a representação de interesses dos setores econômicos recortados nesta tese, concebendo-os "blocos de pressão" sobre as instâncias governamentais no período da Primeira República, impõe o enfrentamento dessas polêmicas.

A produção historiográfica brasileira oscilou em posições dicotômicas no que se refere às relações entre o Estado e a sociedade. Apenas a título de exemplificação, e não como um balanço historiográfico, alguns autores e suas produções se destacam. Algumas obras se aproximam, apesar de suas especificidades, quanto à ênfase no poder privado como cerne da ação política na "República Velha". Nestor Duarte, em *A Ordem Privada e a Organização Política Nacional* (1966), Maria Isaura de Queiroz, em *O Mandonismo Local na Vida Política Brasileira e Outros Ensaio*s (1975), Eoul Soo Pang, em *Coronelismo e Oligarquias, 1889-1943* (1979), são exemplificativos dessa orientação.

Por sua vez, um enfrentamento clássico a essa supremacia do poder privado encontra-se nas análises de Raimundo Faoro, em *Os Donos do Poder* (1987), com a tese do patrimonialismo para o qual o Estado foi onipotente na formação social brasileira. Rejeitando as posições estanque, Bobbio (2007) assinala que, no cerne de uma concepção dicotômica, a ampliação de uma esfera implica necessariamente a redução da outra.

Nessa mesma direção, o caminho apontado por Mendonça (1999), ao rejeitar a oposição radical entre o público e o privado, para se pensar as relações entre as classes e o Estado na Primeira República, implica a fluidez dessas relações, tendo por princípio uma concepção relacional de Estado¹⁰. Segundo essa perspectiva, o Estado não deve ser

¹⁰ Sob essa ótica, o Estado é atravessado pelo conjunto das relações sociais existentes numa formação social determinada, incorporando, em si mesmo, os conflitos vigentes na formação social. Rompe-se a dicotomia sociedade/Estado. Para essa concepção de Estado como relação social, ver *A Concepção Dialética da História* (GRAMSCI, 1991).

concebido em posições estanque, isto é, como sujeito absoluto, autônomo; nem meramente como objeto a serviço de uma classe ou de frações de classe.

Mais especificamente em seus estudos sobre os mecanismos segundo os quais frações de classe buscam articular-se sobre organismos do Estado para inscrever suas demandas (com ênfase na burocracia)¹¹, Sônia Mendonça (Opus cit.) enfatiza as relações entre as esferas em meio ao embate de projetos formulados que expressam interesses diversos. A pesquisadora abre uma interessante perspectiva para o estudo da representação de interesses na Primeira República, pela busca dos mecanismos e da dinâmica dessa representação – ainda que trabalhe com segmentos agrários fora do eixo dominante da cafeicultura.

Para Mendonça, as relações entre Estado e classes não pode prescindir da caracterização das dinâmicas, dos mecanismos postos em ação para a representação dos interesses. Para a autora,

[...] toda uma quadra histórica, correspondente às quatro primeiras décadas do século XX, por exemplo, é praticamente apagada da memória histórica acerca das políticas econômicas, preservando-se tão somente o estudo de seus resultados [...] como se os fins dessem conta dos meios (MENDONÇA, 1999, p. 25).

Isto posto, parece válido do ponto de vista teórico e metodológico investigar as dinâmicas de pressão por não se tomar como pressuposto a correspondência direta e naturalizada entre Estado e interesses privados e, ao mesmo tempo, rejeitar a perspectiva da autonomia absoluta do Estado frente a esses interesses, especialmente no contexto da Primeira República. O fato é que muitos pesquisadores se lançaram à tentativa de compreender o sistema político nesse período e, com isso, abriram um leque expressivo de perspectivas. Repensaram as relações entre o público e o privado e apontaram para uma face mais complexa do período e de suas características constitutivas. O que se pode apreender desses embates e visões acerca das relações entre essas esferas na Primeira República é que os "modelos categorizadores" não

¹¹ A autora analisa determinados aparelhos de Estado na Primeira República e a dinâmica segundo a qual determinados grupos da sociedade inscrevem seus interesses nesses organismos.

devem ser tomados como um aparato teórico que limita a investida nas experiências e dinâmicas vivenciadas.

Um dos problemas que nortearam esta pesquisa foi, portanto, o de investigar se a "coalizão de interesses" entre as oligarquias rurais e o Estado (tão propalada nas abordagens tradicionais) é somente uma parte da história. Se mais especificamente o setor cafeeiro foi capaz de impor seu domínio sem resistência significativa por parte de outros setores ou interesses competitivos – o que, em última instância, implica reconhecer um processo de representação de outros interesses nesse contexto recortado – notadamente, os do setor industrial.

Investigar, então, em que medida, o Estado – em processo de expansão de suas atividades, em grande parte para atender às demandas das oligarquias dominantes – tinha que responder a outros interesses sociais como às demandas do setor industrial. Essa é a problemática mais ampla que delimita o objeto desta pesquisa e se alicerça em fundamentos teóricos e metodológicos disponíveis no campo da Ciência Política: os mecanismos por meio dos quais certos grupos têm inscrito seus interesses no Estado brasileiro, buscando avaliar o maior ou o menor poder de barganha para a consecução de suas demandas. E, por conseguinte, como os atores públicos (representantes) atuam (ou atuaram), no sentido de privilegiar algum setor/segmento.

A configuração do objeto de estudo e das considerações sobre o contexto de sua delimitação neste primeiro capítulo, impõe, na sequência, a caracterização do espaço da cafeicultura e do setor industrial em suas relações com o Estado tendo a representação de interesses como o problema a ser enfrentado.

Considerações Finais

A escolha de se retomar o estudo do processo político e econômico da Primeira República (1889-1930) por um outro ângulo de abordagem pautou-se, fundamentalmente, na perspectiva de dar visibilidade a mecanismos que, dentro das análises tradicionais, tenderam à simplificação em seus processos de compreensão.

Não se pretendeu desconsiderar um elenco respeitado de produções que, partindo, especialmente, do clássico "*Coronelismo, Enxada e Voto*" de Victor Nunes Leal (1986), fundou parâmetros para a compreensão do período. Embasando-se nessas

construções é que se pôde buscar outras nuances ou dinâmicas ainda não de todo reconhecidas.

Retomando as motivações para este estudo, talvez o primeiro impulso tenha resultado do desconforto diante da simplificação que tratou o experimento da Primeira República sob o estigma da “ausência”, “falta”, “interregno”. Dessa simplismo resultou a concepção de uma relação direta e pouco complexa entre a Economia e a Política nesse contexto referido.

As interações entre as instâncias referidas foram buscadas não mais pelo prisma das relações coronelísticas, patrimonialistas, mas pelas possibilidades que se apresentaram nos pontos de interseção entre a História e a Ciência Política, e a perspectiva de se discutir a representação de interesses nesse recorte cronológico.

Referências

BOBBIO, Norberto. **Estado, governo e sociedade. por uma teoria geral da política**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.

CAMMACK, Paul. O coronelismo e o compromisso coronelista: uma crítica. In: **Cadernos do Departamento de Ciência Política**. Belo Horizonte, n. 5, 1979, p. 1-20.

CARVALHO, José Murillo de. **A formação das Almas: o imaginário da República que não foi**. São Paulo: Cia das Letras, 1989.

DUARTE, Nestor. **A Ordem privada e a organização política nacional**. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1966.

FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder**. v.1. 27. ed. Rio de Janeiro: Globo, 1987.

FAUSTO, Boris. "Expansão do Café e Política Cafeeira", p.191-248. In: FAUSTO, Boris. (Org.). História geral da civilização brasileira. Tomo III: **O Brasil Republicano**, Estrutura de poder e economia (1889-1930), v. 1, 4. ed. São Paulo: Difel, 1985.

FRITSCH, Winston. "Aspectos da política econômica do Brasil, 1906-1914", p.257-317. In: NEUHAUS P. (Coord.). **Economia Brasileira: uma visão histórica**. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

GOMES, Ângela Castro. "A República não oligárquica e o liberalismo dos empresários", p. 7-16. In: SILVA, Sergio e ZMREZÁNY, (Orgs). **História Econômica da Primeira República**. São Paulo: Hucitec, 2002.

GRAMSCI, Antonio. **A Concepção Dialética da História**. 9 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

HOLLANDA, Cristina Buarque de. **Modos da Representação Política**. O experimento da Primeira República Brasileira. B.H.: Editora UFMG, 2009.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**: o município e o regime representativo. São Paulo: Alfa-Omega, 1986.

MANCUSO, Wagner P. **O Lobby da indústria no congresso nacional**: empresariado e política no Brasil contemporâneo. São Paulo: Humanitas/Edusp. 2007.

MENDONÇA, Sônia Regina. **A primeira política de valorização do café e sua vinculação com a economia agrícola do estado do Rio de Janeiro**, Dissertação de Mestrado. Universidade Federal Fluminense (UFF) Niterói, 1977.

MENDONÇA, Sônia Regina. Economia e Política na Historiografia Brasileira, p. 23-39, **Revista Antropolítica**. UFF. Niterói, n. 7, 2. sem. 1999.

MENDONÇA, Sônia R. **O ruralismo brasileiro (1888-1931)**. São Paulo: Hucitec, 1997.

PANG, Eul-Soo. **Coronelismo e Oligarquias**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

PERISSINOTTO, Renato M. **Estado e capital cafeeiro em São Paulo, 1889-1930**. São Paulo: Annablume, 1994.

PINTO, Surama Conde Sá. **A correspondência de Nilo Peçanha e a Dinâmica Política na Primeira República**. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998. (Série Monografias premiadas, 1998).

PINTO, Surama Conde Sá. **Só para iniciados... o jogo político na antiga capital federal**. Rio de Janeiro: Mauad X: Faperj, 2011.

QUEIROZ, Maria Isaura P. de. "O Coronelismo numa interpretação sociológica", p. 155-190. In: FAUSTO, Boris (Org.). **História Geral da Civilização Brasileira**, tomo III, v. 1. São Paulo: Difel, 1975.

REIS, Elisa P. Poder Privado e Construção de Estado sob a Primeira República, p. 43-79. In: Renato Raul Boschi (Org.). **Corporativismo e desigualdade**: a construção do Espaço Público no Brasil. Rio de Janeiro; Rio Fundo, IUPERJ, 1991.

ROMERO, Silvio. **Provocações e debates**: contribuição para o estudo do Brasil social. Porto: Livraria Chardron, 1910.

SAES, Flávio A. M. de. Estado e sociedade na Primeira República: a questão monetária e cambial durante a crise cafeeira (1895-1906). **Revista Brasileira de História**, v. 01, nº 02, 1981.

SAES, Flávio A. M. de. **A grande empresa de serviços públicos na economia cafeeira**. São Paulo: Hucitec, 1985.

SANTOS, Manoel L. **Representação de Interesses na Arena Legislativa: Os grupos de pressão na Câmara dos Deputados (1983-2012)**. IPEA. Rio de Janeiro, junho de 2014. Disponível em <https://www.google.com.br/#q=santos+manoel+comiss%C3%B5es> Acesso em 20 jan. 2016.

SANTOS, Fabiano; HOCHMAN, Gilberto. Executive-Legislative Relations in an Oligarchic Presidential System: Brazil (1889-1930). **Meeting of the Latin American Studies Association**, Hyatt Regency, Miami, March 16-18, 2000.

TOPIK, Steven. **A presença do estado na economia política do Brasil de 1889 a 1930**. Rio de Janeiro: Record, 1987.

VERSIANI, Maria Teresa R. O. Café e câmbio no Brasil: 1890/1906. In: **Pesquisa e Planejamento Econômico**, v. 15, n. 3, dez. 1985.

VISCARDI, Claudia M. R. **O Teatro da Oligarquias**: uma revisão da "Política do Café com Leite". Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.